

ANGELO ANSANELLI JÚNIOR
Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais
Professor da PUC/MG e CEAJUFE

O TRIBUNAL DO JÚRI E A SOBERANIA DOS VEREDICTOS

EDITORA LUMEN JURIS

Rio de Janeiro
Outubro de 2005

343.195(81)
A617t



Sumário

Prefácio	xi
Introdução	xix
Capítulo 1 - O Tribunal do Júri	1
1.1. Tribunal do Júri - Esboço Histórico	15
1.1.2. Antecedentes históricos	15
1.1.3. A evolução do júri no Brasil	24
1.2. Tribunal do Júri no Direito Brasileiro	41
1.2.1. Competência	42
1.2.2. Plenitude de defesa	43
1.2.3. Sigilo das votações	43
1.2.4. O Tribunal do Júri como princípio constitucional	44
Capítulo 2 - Princípios Constitucionais (entre os quais se Inserem O Tribunal do Júri, a Soberania dos Veredictos e as Formas de Controle das Decisões do Tribunal Popular)	47
2.1. Princípios, Regras e Valores	49
2.2. O Conflito entre os Princípios Constitucionais	52
2.3. Funções dos Princípios Constitucionais	55
2.4. Características dos Princípios Constitucionais	57
2.5. Classificação dos Princípios Constitucionais	61
2.6. Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana	62
2.7. Princípio Constitucional do Duplo Grau de Jurisdição	65
Capítulo 3 - A Soberania dos Veredictos	67
Capítulo 4 - Soberania dos Veredictos: Mecanismos de Controles Prévios	75
4.1. A Arregimentação, o Preparo e a Regionalização dos Jurados	75
4.2. A Simplificação da Quesitação	83
4.3. O Controle da Admissibilidade da Acusação	88
Capítulo 5 - A Apelação e a Soberania dos Veredictos	93
5.1. Nulidade Posterior à Pronúncia e a <i>Reformatio in Pejus</i> Indireta	95
5.2. Decisão do Juiz-Presidente Contrária à Lei Expressa ou à Decisão dos Jurados	97
5.3. Quando Houver Erro ou Injustiça no Tocante à Aplicação da Pena ou da Medida de Segurança	98

343.195(81)
A617t



5.4. Decisão Manifestamente Contrária à Prova dos Autos	100
Capítulo 6 - Revisão Criminal e a Soberania dos Veredictos	109
6.1. Natureza Jurídica da Revisão Criminal	117
6.2. Pressupostos	129
6.3. Decisão Manifestamente Contrária ao Texto Expresso de Lei	130
6.4. Decisão Manifestamente Contrária à Prova dos Autos	132
6.5. Decisão Fundada em Provas Comprovadamente Falsas	142
6.6. Surgimento de Novas Provas	143
6.7. Nulidade do Processo	146
6.8. Competência para o Juízo de Revisão e o Juízo de Rescisão	146
6.9. A Extensão dos Limites Subjetivos da Coisa Julgada e a Revisão Criminal	155
6.10. <i>Reforriatio in Pejus</i> e a Soberania dos Veredictos	157
Capítulo 7 - Protesto por Novo Júri	161
Capítulo 8 - O Controle das Decisões do Tribunal do Júri no Direito Com parado	171
8.1. França	172
8.2. Espanha	178
8.3. Itália	185
8.4. Estados Unidos	192
8.5. Inglaterra	202
Conclusão	211
Referências Bibliográficas	217

343.195(81)
A617t

